

Reunião : 04.05.63

Deputado : psi fernandes da cruz



Data: 4/5/63
Comissão Parlamentar de Inquérito do
Serviço de Proteção aos Índios
Taquígrafa: Consuelo Coelho
Nº de ordem 41

Arquivo 4-6

O SR. DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Havendo número legal, está aberta a sessão.

(LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA)

Vimos ouvir o depoimento do Sr. José Fernandes da Cruz, ex-Inspetor da 5a. Inspetoria do SPI, que espontaneamente passou à Presidência um telegrama, pedindo para vir depor. No momento, está como Inspetor da 1a. Inspetoria, em Manaus. Aliás, já há depoimentos, aqui, que fazem menção à sua pessoa.

Solicito ao depoente que faça seu compromisso junto à Comissão Parlamentar de Inquérito, de dizer a verdade, apenas a verdade, sobre tudo que lhe for perguntado.

O SR. JOSÉ FERNANDES DA CRUZ - (presta ^{compromisso} ~~xxxxxx~~).

O SR. VALERIO MAGALHÃES, Presidente - O depoente poderá fazer uma breve exposição, de vez que temos compromisso em outra comissão. Depois, o Relator e os demais colegas farão a inquirição necessária.

O SR. JOSÉ FERNANDES DA CRUZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados, como ex-chefe da 5a. Inspetoria do SPI, na sede de Campo Grande, desejaria, para facilitar meu depoimento, que eu fôsse interpelado primeiro. Realmente, comuniquei várias irregularidades. Preferiria ser interpelado inicialmente.

O SR. VALERIO MAGALHÃES, Presidente - A interpelação será

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

decorrência da sua exposição. Depois desta, cada um de nós anotarás os pontos a serem aclarados e passaremos à interpelação. Muitos desses pontos poderão já estar em conexão com os depoimentos aqui feitos. Daí por que sua exposição é de início mais importante, para que possamos se sôbre ela interrogá-lo.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Sr. Presidente, designado para a Chefia da 5ª. Inspetoria do SPI, em julho de 1962, assumi o cargo sem um levantamento dos bens pertencentes ao Patrimônio Nacional e ao patrimônio indígena. Solicitei à direção do Serviço a nomeação de uma comissão para que fôsse feito o arrolamento desses bens. Essa comissão foi designada mas, até a data em que deixei a Inspetoria, não foi feito em absoluto esse levantamento. Na oportunidade em que assumi a Inspetoria, encontrei-a na maior desorganização possível e imaginável, mesmo na parte contábil, que não havia. Procurei fazer um levantamento dos contratos existentes de arrendamento, das terras, em número, se não me falha a memória, de 61, que, calculadamente, davam à Inspetoria uma renda de 3% sôbre a produção de gado, no montante de 400 rêsse, numa área aproximada de 3 mil hectares. Procurei rever o arquivo e a documentação da Inspetoria e não havia contabilidade dessa importância. Imediatamente, mandei confeccionar os talões de recebimento numerados e passamos então a fazer esse recebimento em talões numerados e a contabilizar toda a renda proveniente de arrendamentos, que atingiu aproxi-

madamente de 10 a 12 milhões de cruzeiros, num espaço inferior a 7 meses. De 1959 até aquela data, calculo que a Inspetoria tenha arrecadado nada menos de 50 milhões de cruzeiros.

O SR PRESIDENTE - Até que ano?

O SR JOSÉ FERNANDES DA CRUZ - Até a minha posse. Comuniquei isso em ofícios à Diretoria, pedindo a instalação de uma comissão de inquérito para apurar essas irregularidades.

O SR DEPUTADO RASHID MAMED - A quem V.Sa substituiu?

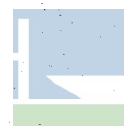
O SR JOSÉ FERNANDES DA CRUZ - Ao Sr. Érico Sampaio. Encontrei também na reserva inúmeras pessoas que ocupavam a área, sem contrato. Imediatamente comuniquei à Diretoria essa irregularidade, conforme consta em ata da reunião de Chefes de Inspetoria, realizada em Brasília. Fiz essa comunicação naquela época. Tomei ciência também de que, por acórdão do Supremo Tribunal Federal, de outubro de 1961, foi assegurado aos índios Carueus a reserva que eles habitam. Existe também, na Inspetoria, um memorial de medição e demarcação, se não me falha a memória, do ano de 1903, que assegura também a posse dos índios carueus naquela reserva. Expedi memorandos e notificações a todos os ocupantes da reserva, para que procurassem a Inspetoria, a fim de legalizar a situação. Imediatamente, houve uma revolta geral por parte dos senhores arrendatários, com a minha interferência, procurando tirar o arrendamento da maneira estranha, como era feito, onde os talões de

de arrendamento, em seis vias, eram usadas cada via para um arrendamento. Então, de seis vias eles faziam seis recebimentos. Comuniquei o fato à direção do Serviço e pedi imediatas providências a respeito. Fui pessoalmente ao município de Aquidauana e procurei o Sr. Manoel Aureliano da Costa, ocupante de uma área aproximada de 80 mil hectares da reserva dos índios Carués, a área mais rica da reserva, onde se localizam as matas e a área própria para caça. Em ofícios e relatórios enviados à Diretoria, desde o momento em que assumi a chefia da Inspeção, fui contra os arrendamentos, propondo inclusive medidas judiciais para anulação daqueles que foram feitos de maneira irregular, não tendo o chefe da Inspeção, na época, credencial devida o Diretor para a delegação de competência a fim de realizar esses contratos.

Mas acontece, Sr. Presidente, que a região do pantanal, a região sul de Mato Grosso tem épocas de secas como também de inundações, conforme o ilustre Deputado Rashid Mamed conhece perfeitamente. Até certo ponto, era compreensível a localização desses fazendeiros, desses criadores dentro de nossa reserva, procurando fugir à invasão das águas, coisa que ocorre também nas secas. Procuramos de toda maneira possível achar um meio para harmonizar a situação do Serviço com o interesse da pecuária do sul de Mato Grosso. Foi feita até uma reunião a que compareceu o ex-Deputado Dolor de Andrade, representante da Associação dos Criadores de Campo Grande e de Aquidauana, e na qual ficou

mais ou menos assentado um "modus vivendi" entre a Inspetoria e os senhores arrendatários. A maneira como se vinham processando os recebimentos da Inspetoria a ilustre comissão parlamentar de inquérito terá oportunidade de vez: talões de arrendamento em que não figuram os elementos exigidos; nuns, constam bois, noutros importâncias em dinheiro, noutros não consta nem a data do pagamento. Outros ocupam áreas superiores a 20 mil hectares, quando no contrato são somente 3 mil hectares. Uma situação totalmente difícil e, acredito mesmo, de muito difícil solução, porque é de um lado o interesse do SPI e, do outro, o interesse da pecuária, dos fazendeiros localizados no sul de Mato Grosso.

Estas são as minhas ponderações com respeito à reserva dos índios Carués. Durante minha permanência na chefia da Inspetoria, concedi a três fazendeiros, a três arrendatários que se encontravam em dificuldades para localização do gado -- foi uma das secas bastante acentuadas a deste ano, no sul de Mato Grosso -- mediante recibo, e eles pagando o arrendamento desde 1959, sendo essas importâncias recebidas devidamente contabilizadas: números de cheques e as importâncias na Contabilidade da Inspetoria. Houve, na minha gestão, três pessoas apenas que colocaram o gado na região dos índios. Aliás, não chegaram a fazê-lo, porque houve um tumulto, uma confusão entre os índios e os arrendatários e eles não tiveram tempo nem sequer de colocar o gado, conforme tinham pedido.



O SR DEPUTADO ANTONIO BRESOLIN - Gostaria de perguntar a V.Sa se exerceu suas atividades também durante a administração do Coronel em exercício, e se suas atividades foram quando o atual diretor do SPI assumiu o cargo.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Iniciei na gestão da atual direção.

O SR RELATOR ^{→ CELSO AMARAL} - Em julho de 1962?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Sim.

O SR ANTONIO BRESOLIN - Pergunto se tem a escrituração de todas as rendas do SPI, na Inspetoria atual.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Na minha gestão, existe. Durante o período em que lá estive, está tudo contabilizado. Se V.Exa for a Campo Grande, terá oportunidade de ver isso.

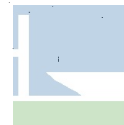
O SR RELATOR - V.Sa continua lá? Teve sete meses de gestão?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Sim.

O SR RELATOR - Nesses sete meses, teve uma renda de 10 a 12 milhões de cruzeiros?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Sim.

O SR DEPUTADO ANTONIO BRESOLIN - Não leve a mal qualquer pergunta minha...



O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Fico até satisfeito.

O SR DEPUTADO ANTONIO BRESOLIN -... mas gostaria de saber o motivo por que foi afastado da Inspeção.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Fui afastado, atendendo primeiro à minha segurança de vida. Porque eu estava ameaçado de assassinato dentro de minha Inspeção. Em segundo lugar, porque era uma reivindicação dos senhores arrendatários a minha saída de lá. Eu estava criando embaraços sérios aos interesses dos arrendatários dentro da região. E eu representava o Serviço, e não os arrendatários.

O SR RASHID MAMEDE - Durante a gestão de V.Sa é que se deu aquele incidente?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Exatamente.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - V.Sa pode prosseguir em sua exposição.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Com relação à 5a. Inspeção, encontrei os postos na maior miséria possível e o Serviço completamente abandonado. No posto indígena José Bonifácio, por exemplo, o serviço tinha um grande ferial. A produção de erva mate nunca deu entrada, nunca foi contabilizada. O responsável pela produção desse erva, depois de fazer

a erva, incendiou criminosamente o erval. Isso ocasionou uma comunicação minha à Diretoria, pedindo abertura de inquérito.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Foi feita?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Sim.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - E o resultado?

Chegou a positivar e a punir?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Foi comprovado isso e está nas mãos de uma outra comissão de inquérito, determinada pelo Ministro, também para o mesmo fim: quanto aos arrendamentos e a essas outras irregularidades. Com relação a essa parte de arrendamentos, era o que eu tinha a dizer. Com relação às divisas do Serviço, da área pertencente ao Serviço de Proteção aos Índios, isto está bem claro no acórdão do Supremo Tribunal Federal de outubro de 1961 e no memorial de medição e demarcação de 1903. Minha missão, até certo ponto, em Campo Grande, era bastante antipática para aqueles que se localizavam dentro da reserva, porque me competia defender o interesse do Serviço e, como tal, eu a defendi até o momento em que sai de Campo Grande.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Por que o diretor do SPI então deu guarida às denúncias dos arrendatários, se V.Sa estava

prestando valioso serviço àquela repartição? Por que motivo foi transferido?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Para segurança de vida.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Pela sua própria vontade?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Sim; a meu pedido.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - O SPI não está à altura de dar a garantia necessária?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Absolutamente; nem a 9a. Região Militar. Quando o arquivo e a prestação de contas foi para lá, porque queriam incendiar a Inspetoria, houve inclusive morte de um funcionário, por causa do inquérito.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Neste caso, estamos num país onde não se pode punir ninguém. Se um funcionário quer cumprir com seu dever e é forçado a retirar-se porque não há quem lhe dê garantias, então estamos num far-west, não há possibilidade de se agir.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Devo dizer a V.Exa que me sentia sem garantia de vida.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Poderia citar as

peessoas que o ameaçavam? Estamos numa comissão parlamentar de inquérito e V.Sª prometeu dizer a verdade sôbre tudo quanto lhe fôsse perguntado. Deve citar os nomes das pessoas que naquela região têm tanta influência política e administrativa, a ponto de forçar um funcionário que está cumprindo seu dever a afastar-se.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Devo dizer a V.Exª que, no incidente havido na reserva dos índios carués, entre índios e pessoas localizadas, morreu um cidadão que não conheci. A família desse cidadão culpava a mim e culpa a mim a responsabilidade pela morte dessa pessoa. Então, as ameaças eram constantes à minha pessoa, muito embora eu não estivesse lá.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - V.Sª chegou a denunciar essas ameaças regular e legalmente às autoridades do Estado?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Sim, e isso ocasionou a ida do Secretário do Interior e Justiça, de Mato Grosso, ao Campo Grande.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Cite o nome das pessoas que o estavam ameaçando.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - É uma família muito grande, a família Couto.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Se V.Eª estava tão ameaçado, a ponto de ter deixado o cargo, não é possível esteja na dúvida em citar nomes; deve tê-los bem de seu conhecimento pessoal, visual.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Pessoalmente não conheço nem um membro da família. Mas é a família Couto.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - É muito vago isso.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - A pessoa que foi assassinada é Primitivo do Couto. É uma família muito grande em Aquidauana. Dias, semanas depois, num incidente onde o delegado foi prender uma pessoa, o delegado de Polícia de Aquidauana foi também lá assassinado.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES - Também por elementos dessa mesma família?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não. Foi fazer uma prisão, ele que presidira ao inquérito policial dentro de nossa reserva, e foi assassinado.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Se a tese de V.Sª prevalecesse, esta Comissão não iria a Campo Grande.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Há uma grande diferença entre um deputado federal e um modesto funcionário.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES - O diretor do SPI es-

teve ausente em providências compatíveis com a sua responsabilidade de chefe?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Tomou todas as providências.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - E em lhe dar garantias para que sua atuação se fizesse sentir positivamente?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Tomou todas as providências. Mas, entre a dúvida e a certeza, preferi a certeza e pedi minha saída de Campo Grande.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - V.S.^a pode ainda dar uma informação? Esses índios estavam armados?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Sim.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Por armas fornecidas pelo SPI?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Na oportunidade do incidente, os índios estavam armados com armas muito antigas, do tempo ainda da Comissão Rondon. Posteriormente, tomei conhecimento de que os fazendeiros iriam fazer uma represália aos índios na região. Então, providenciei dar aos índios condições para se defenderem, no caso de ser invadida a reserva.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - V.S.^a entregou armas de que porte?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Revólveres.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Há algum dispositivo ou regulamento do SPI que dê credencial ao inspetor para armar os índios? V.S^a estava escudado em dispositivo do regulamento do SPI, a ponto de poder pessoalmente, por sua livre e espontânea vontade e sob sua responsabilidade, armar os índios?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - O Regimento do SPI determina que o Chefe da Inspetoria é responsável pela manutenção da posse da terra, dos costumes e do respeito às tribos indígenas. Dentro da própria reserva foi assassinado um índio. Pedimos todas as providências cabíveis e legais para prender o criminoso. Também não houve nenhuma providência. Houve um verdadeiro tumulto nessa época em Campo Grande. V.Ex^a não pode imaginar como se formou o ambiente de tensão, de nervos, com relação a esse fato. Os índios fugiram e localizaram-se na mata. Então, para que eu pudesse ter um domínio sobre eles, para evitar que eles atacassem fazendas, fizessem violências e praticassem depredações nas fazendas, fui lá e disse a eles que não havia perigo, que ficassem calmos que nós garantiríamos. A prova de que não haveria violência é que eu instalaria, como instalei, uma estação de rádio e falaria diariamente com eles. Mas o índio cariéu é de tal índole pacífica, mas não é covarde. Eles, no início, não acreditaram em minhas ponderações; acharam que eu não estava realmente tomando as providências cabíveis. Então, em vista desse fato, comprei na Casa Nasser 11 revólveres e dis-

se: "Para provar que estou ao lado de vocês e que devem me ouvir e não praticarem violências, está aqui." E dei a eles. Foi o suficiente para acalmá-los. Sr. Presidente, a maneira de nos entendermos com o índio é um tanto fora do normal, porque é um homem que não tem a nossa evolução intelectual. Temos de nos entender com eles mais com atos do que com palavras. Porque, se formos analisar bem a vida do nosso Serviço, em cinquenta e dois anos o índio não está sendo realmente assistido. Pacificamos o índio e o entregamos à desgraça, à miséria, porque a terra é invadida. As aldeias são corrompidas: o vício, a cachaça, a embriaguês destrói os índios. V.Ex^a conhece perfeitamente o problema da Amazônia e sabe como sofre o índio. O SPI, no Acre, não tem um representante. Lá, o índio vive no mais completo abandono por parte do poder público. Nós, funcionários, quando estamos nesta situação, temos de agir, procurar evitar um mal maior.

— O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - V.S^a não foi escudado em nenhum dispositivo; espontaneamente, achou que devia armar os índios.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Dar-lhes confiança de que eu estaria ao lado deles.

— O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Não se trata de confiança. V.S^a mesmo disse que a situação do índio permite tratamente todo diferente de nessa parte, porque não está no mesmo nível

de raciocínio. Como então levá-lo a comportar-se como fera? V.Sª mesmo disse que não está nas mesmas condições de raciocínio nesse. Como dar-lhe armas, o que não só o regimento proíbe, ou melhor, não diz taxativamente nem sequer de longe que se possa armar os índios, bem como a própria legislação federal e, mais, a de segurança do indivíduo? Se nós mesmos não podemos ^{andar} armados senão com prévia permissão policial, nós que estamos numa Capital, como é que o índio recebe armamento do próprio Inspetor do SPI?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Estou dizendo realmente a verdade. Fiz um juramento.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - V.Sª tem grande responsabilidade.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - É a verdade.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Se em toda a parte onde houvesse falta de garantia cada um de nós achasse que devia armar, então viveríamos num pandemônio neste País. Dai por que a Comissão registra esse ponto do seu depoimento...

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Como expressão da verdade.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - As consequências da Comissão virão depois, mas não está perfeita a atitude que V.Sª tomou.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Permite-me V.Exª terminar meu

pensamento? O índio caiapó, no Estado do Pará, ataca o seringueiro para tirar-lhe a arma. Ele não tem contra o seringueiro outro problema a não ser a posse da arma. Isso trouxe ao Serviço sérias embaraços. Desde que se fez a pacificação dos índios Caiapós, no Pará, em que o Serviço atendeu a êles nas suas necessidades, Vs. Exas. têm visto que se têm mantido calmos, serenos. Depois desse fato, devo dizer a V. Exa. que não houve sequer uma violência praticada pelos índios. E assumi a responsabilidade publicamente em Camo Grande por qualquer coisa, qualquer ato de violência praticada pelos índios. Eu assumiria inteira responsabilidade. Apenas quis dar a êles uma demonstração de que êles não seriam molestados e que ficassem tranquilos. Quer dizer, minha atitude se traduz num linguajar para um homem que vive abandonado, desgracado, relegado à sua própria sorte. Se V. Exa. tiver oportunidade de ver como vivem os índios caiapós, no estado de miserabilidade chocante...

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Aliás, todo o Serviço de Proteção aos índios, no Brasil, eu já disse, tem sido um fracasso. O SPI não trouxe para a civilização, até hoje, realmente com bases positivas, nenhum elemento indígena que pudesse estar aqui, como deputado, ou como promotor, advogado ou médico. O SPI não nos trouxe até hoje nenhum índio para vir comungar conosco. Os índios têm sido explorados na realidade. É o que estamos constatando nesta comissão parlamentar de inquérito e V. S.ª está também positivando isto, quando

diz que a situação deixada pelo seu antecessor é de completo abandono.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Em todo o Brasil, por todos os locais onde passei.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Eram os arrendatários? Não. Eles pagavam.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Religiosamente.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Então, eram os elementos do SPI. Então, esse Serviço tem protegido mais seus próprios funcionários do que os índios.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - São administrações. Não posso lançar todas as administrações de serviço nessa posição.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Mas lá foi assim.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - A administração atual do Serviço está procurando acertar, coordenar essas coisas. V.Ex^a sabe perfeitamente que defender o interesse do pequeno é difícil; é difícil e até certo ponto antipático, perante o poder público. Para defender o interesse do SPI, precisariam ter de fato o interesse do Congresso, a fiscalização do Congresso, comissões permanentes para isso. Toda a nossa verba, até o ano retrasado, não dava uma enxada para cada índio. As prelasias do Amazonas recebem 3% da verba da SPVEA.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - A SPVEA

Essa renda vai para as missões, mas as missões têm colégios que dão ensino primário gratuito. Não é bom o caso de se comparar o SPI com as missões, em que um terço talvez dos colégios é constituído dos Salesianos. Depois, as Missões já trouxeram resultados positivos de assistência ao índio. Conheço um padre índio, um médico índio, dois advogados índios. Um foi meu colega de ginásio. Os Salesianos já provaram que o índio é recuperável. Mas o SPI ainda não provou.

O SR ANTONIO BRESOLIN - Dentro da argumentação do illustre deponente, de que as verbas não eram pagas, pergunto: V.S.^a informou que em sete meses de Inspeção arrecadou 12 milhões?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Sim.

O SR ANTONIO BRESOLIN - Em que foram aplicados?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - V.Ex.^{as} e os ilustres membros da Comissão Parlamentar de Inquérito terão oportunidade de ver que esse dinheiro foi aplicado em algo palpável: casas, ferramentas, oficinas, ambulatórios. Vs.Ex.^{as}, terão oportunidade de comprovar centavo por centavo dessa verba. Assumo inteira responsabilidade se comprovarem um só deslize na aplicação dessa verba.

O SR DEPUTADO ANTONIO BRESOLIN - É justamente isso que queremos saber. Queremos ressaltar a sua administração.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Uma pergunta puxa outra. A renda anterior não estava contabilizada, segundo de-

claração de V.Sª. Há lá, também palpável, uma casa, um curral, uma cêrca, qualquer coisa que demonstre a aplicação?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Absolutamente nada. Em Campo Grande, só existe uma obra executada pelo Coronel Nicolau Horta Barbosa, e assim mesmo tôda em ruínas. Foi a única coisa que se realizou no sul de Mato Grosso. Nada mais.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Em quanto estima, a grosso modo, a renda dos índios, no que tange à exploração do erval, do arrendamento da terra?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Acredito quem aproximadamente, de 1959 à data em que assumi o cargo, os arrendamentos deveriam ter dado ao SPI uma renda nada inferior a 50 milhões de cruzeiros.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Vinte milhões por ano, mais ou menos?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Varia muito, em virtude do preço do gado, que é oscilante.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - E com o erval?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - O erval dá relativamente pouco, O de José Bonifácio, por corte, dá uma base aproximada de Cr\$... 150.000,00.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - No total?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não tive tempo de fazer um levantamento.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - A sua renda foi de 10 milhões, em sete meses?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - De 10 a 12 milhões.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Dá uns 18 milhões por ano, aproximadamente.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Sr. Presidente, queria dizer a V.Ex^a que conheço o deponente, Sr. Fernando da Cruz, que foi o Inspetor Regional da 5a. Inspetoria, com quem tracei os primeiros conhecimentos, logo à sua chegada, quando de sua passagem pelo meu município, Aquidauana, rumo às terras dos índios carués. Digo a V.Ex^a que acreditei mesmo na sua boa intenção de bem dirigir o Serviço que acabava de lhe ser destinado. Quando eu tomava assinaturas para a formação da Comissão Parlamentar de Inquérito, fui por ele procurado, por duas ou três vezes, quando teve ele a oportunidade de me prestar informações que eu julgava necessárias ao meu conhecimento, para poder melhor esclarecer a própria comissão parlamentar de inquérito, contra a qual ele não se insurgia. Ele gostaria até que a comissão o ouvisse. Mas eu gostaria que o deponente expusesse à Comissão: em primeiro lugar, ele encontrou, nessa questão de arrendamento da 5a. Inspetoria, cerca de 62 contratos realizados. Ele notificou todos os contratantes, para

que comparecessem à sua Inspetoria, a fim de liquidar os débitos porventura existentes. A maioria dêles, ou quase todos êles lá compareceram e lhe exibiram recibos de pagamentos já efetuados.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Justamente.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Além disso, muitos dos arrendatários, como dizia, a maioria dêles lá comparecia, a seu chamado, e exhibia recibos fornecidos pelo Serviço, de pagamentos já feitos, pagamento era em dinheiro, era em gado. Êsses contratos, como já foi exposto aqui, totalizaram cerca de 60 a 70 mil cabeças de gado, existentes em toda a reserva, rendendo uma média de 12 rêses por 400 cabeças, ou seja, um total de quase 2 mil cabeças anuais.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Permite-me V.Ex^{ia}? Devo esclarecer que nem todos os arrendatários davam exatamente o número de rêses que tinham. Quando davam aproximadamente o número de rêses que tinham no pasto, davam 800. Não há nenhum que tenha declarado número superior a 1 200. De forma que não dá o cálculo exato.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Sei. No contrato de arrendamento, se exigia que o arrendatário tivesse pelo menos 400 cabeças.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Sim; no mínimo.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - São 60 arrendatários, e são 24 000 cabeças, o mínimo existente lá.



Eu gostaria que explicasse à Comissão quais os seus antecessores na direção da 5a. Inspeção, que explicitamente V.Sa acusa como responsáveis pelo desvio dessa renda paga. É a primeira pergunta. V.Sa disse à Comissão que, no seu período, de julho a dezembro de 62, arrecadou cerca de 10 a 12 milhões de cruzeiros. Nesse período foram feitas vendas de gado indígena, produto desses arrendamentos? A quantos montaram essas vendas? Por concorrência ou não? Esse dinheiro foi contabilizado? O SPI forneceu à Comissão uma relação da Receita de 1962 e disse que tem, de arrendamento, 769 milhões.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Minha prestação de contas não foi terminada, está sendo ultimada pelo meu sucessor, porque não tive tempo.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Esse movimento financeiro foi mandado pelo SPI à Comissão.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Mas não consta ainda a minha gestão.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Não se refere ao seu período?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Ai não está computada a minha arrecadação. Fizemos a arrecadação e aplicamos. Então, essas prestações de contas vêm para a aprovação da Diretoria.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Ai é só receita, e



não despesa.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não foi computada ainda.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Diz o SPI que, em 6 meses, arrecadou 769 milhões de arrendamento e 4 milhões e 125 de pecuária. Pecuária é quê? Venda de gado?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - O arrendamento é pago em bezeros e estes são contabilizados pelo preço da venda. É contabilizada a renda em dinheiro. Também é escriturado o número de bezeros que se recebem, pelo talão, e quando são vendidos são convertidos em dinheiro. Então, será a produção. Porque o arrendamento não é pago em dinheiro, mas em bezeros. Alguns fazendeiros, por dificuldades, pagam à razão de bezerro, pelo preço existente.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Quais são os nomes dessas pessoas que administraram a 5a. Inspetoria antes do senhor, e responsáveis pessoalmente pelo desvio de toda a importância arrecadada anteriormente à sua administração, já que diz que, quando lá chegou, não encontrou nada?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Absolutamente nada. Substitui, na Inspetoria, o Sr. Erico Sampaio.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Ele foi Inspetor por quanto tempo?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Por mais de cinco anos, se

não me engano.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - É funcionário do SPI?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Aposentou-se.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Onde reside?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Em São Paulo. Tem fazenda lá. Aliás, deve esclarecer um caso bastante curioso: em Campo Grande, os funcionários do Serviço, todos eles, são economicamente independentes. Há uns com frotas de caminhões, fazendas. É o caso de José Mongenor Filho. Também o Sr. Erico Sampaio é proprietário.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Quer dizer que, como frisei há pouco, o Serviço é de proteção aos funcionários.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - V.Ex^a há de convir em que tomei as providências todas.

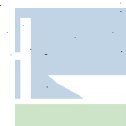
O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - O Sr. Erico Sampaio é fazendeiro em São Paulo?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Sim, na cidade de Braúna.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - O Sr. José Mongenor Filho também foi Inspetor?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Trabalhou lá, dirigiu o Serviço lá e recebia também os arrendamentos.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - O Sr. Erico Sampaio tem algum processo contra ele?



O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Tem um inquérito.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Por desvio?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não estou bem lembrado se é por essa razão ou por outra. Parece-me que responde a um inquérito, eu respondi, eu fui afastado por qualquer motivo.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - E o Sr. José Mengener Filho?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Quanto a êsse, comuniquei à Diretoria, pedi comissão de inquérito e até hoje ela não atuou.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Pediu abertura de inquérito para apurar o quê?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Para fazer uma devassa na Inspectoria e apurar a responsabilidade pelos desvios em eu reputava superiores a 50 milhões de cruzeiros.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - E o Coronel não tomou providências?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Pediu ao Ministro a instalação de uma comissão de inquérito. Ao que me consta, ela até hoje não funcionou.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Não foi nem instalada?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não posso afirmar, porque es-



teve ausente de Brasília. Segundo soube, ela foi constituída agora, depois da instalação da comissão parlamentar de inquérito. Parece-me que foi isso. Não posso garantir. Parece-me que foi nomeada essa comissão.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Depois que V.Sª tomou posse na Inspetoria, foi feita alguma venda de gado?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Foram feitas três vendas de bezerros: uma no valor de 4 milhões e 246 mil cruzeiros, aproximadamente. Sei que o total foi de 6 milhões e pouco.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Só de venda de gado?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - De gado indígena.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Esse dinheiro foi totalmente aplicado?

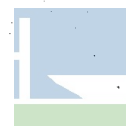
O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Sim, na minha gestão.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Além desses 6 milhões que V.Sª recebeu pela venda de gado, recebeu ainda de arrendamento...

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Mais ou menos 6 milhões.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Também aplicados?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Totalmente. Inclusive, na minha gestão foi feito o levantamento da área de todos os arrendamentos feitos pelo Serviço. Até a data em que sai de Campo Grande, o que tinha menor área de terra ocupada tinha 5 mil hectares, quando o contrato dava tão somente 3 mil hectares.



O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Quantos arrendatários V. S.^a levantou?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - V. Ex.^a se refere a quantos tiveram medidas a área? Até minha saída, uns seis ou sete.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Dos sessenta e tantos?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - As distâncias são grandes e há uma turma só de medição.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Quantos arrendatários, entre contratados e não contratados, pagam lá o arrendamento?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Todos pagam.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Quantos?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Calcule em mais de 100.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - A 5 mil hectares cada um, a quanto vai essa área?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Da reserva? Alguns ocupam 5 mil, outros 20 mil. Há um detalhe: nessa área, acredito que exista mais de 300 mil hectares.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Qual é que o senhor supõe haja lá?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não foi feito levantamento por perímetro. Foi feito dos arrendamentos.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Mas o Coronel disse que foi feito por perímetro e deu um cálculo de 800 mil hectares.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Calculadamente isso...

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Em que se baseia êle para essa informação?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Nós nos baseamos no fato de que entre a Serra da Bodoquema, Niutaca, Nabileque e Aquidauana, se sobrevoarmos as extremidades norte a sul, pela velocidade do avião, se nota que o tempo que leva para cobrir a distância dá mais de 300 mil hectares. Não temos uma medição de perímetro. O memorial de medição e demarcação é de 1903.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Mas êsse dá 364 mil hectares.

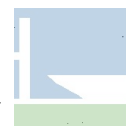
O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não estou capacitado a responder a essa pergunta.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Não lembra dos dados?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não lembro. Calcule que seja isso.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Ainda sobre a reserva do Estado, V.Sª mandou proceder ao levantamento do gado existente sob cuídados do Serviço?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Em primeiro lugar, o nosso maior problema é pessoal. Procedi à contagem do gado da reserva e encontrei 2 025 reses nos postos da reserva.



O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - São dois postos?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Ialique e São João.

O sr deputado edson garcia brito - Entre gado adulto e bezerro?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Sim, o que foi ferrado. Porque o gado do SPI, nesta região, até a gestão do Coronel Meacir, não conhecia ferros. Todo o gado ferrado por mim tem a marca 62 no cupim.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - O Coronel Meacir foi nomeado para o SPI?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Em dezembro de 1961.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - O senhor só foi em julho de 1962. Tem um espaço de sete meses a gestão do Erico Sampaio e do Coronel Meacir, concomitantemente. Nesse período não houve marcação de gado?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Conheço da minha gestão o que marquei. Acredito possa ter havido. Marquei 2 025 cabeças. Ferrei no cupim.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Esse gado vive em que área?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Na reserva do PI, no Lique. O gado vive dentro da reserva. Não temos aramados. Quem tem são os arrendatários. Só temos um aramado que divide o campo ao meio.



O SR DEPUTADO RASHID MAMEDE - Todos os contratantes têm aramado?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Tem. Foi feito à vontade de cada um: estendeu a linha, cercou e fechou.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Quantos índios adultos, homens, há na reserva dos cadivêus?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Acredito que uns cento e poucos, entre adultos, mulheres e homens.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - São quero homens.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Uns 80 ou 90. Não tenho certeza, porque não tínhamos iniciado o censo demográfico.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Esses 80 homens vivem nos postos?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - São João e Alves de Barros.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Esse Alves de Barros não fica no pantanal?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Fica no pé da serra.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Tem campo de aviação?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Tem. Aliás, mandei fazer um em São João também.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - V.S.^a disse à Comissão que calcula existirem cerca de 139 arrendatários.



O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Porque uns subestabelecem o arrendamento a outros, subdividindo o arrendamento. Não se pode precisar o número exato.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - V.Sª é proprietário, arrenda sua terra e há de ter um levantamento.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - V.Exª há de compreender que se fôr computar o número exato de cabeças de gado numa fazenda de V.Exª, V.Exª não pode dizer...

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Não estou falando em cabeças de gado. Quero o nome dos arrendatários.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não conheço.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Dos que pagam a renda.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não conheço. São 61.

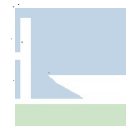
O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - O SPI tem a relação deles?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Dos arrendamentos.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Então, dos arrendatários.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Mas há os que não têm arrendamento. Todos eles pagam.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - V.Sª disse que calcula



em 50 milhões a renda já paga, antes da sua administração.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Dai para fora.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - E sua administração?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Pelo que recebi, pelo que contabilizei, calculo...

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - V.Sª recebeu 6 milhões.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Mais ou menos.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Pergunto. pelo levantamento mandado efetuar pelo senhor, qual a renda suposta. Há de concordar em que deve receber o SPI muito pelo arrendamento, considerando o número de cabeças declarado e o número de arrendatários existentes.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Primeiramente, não tem menos de 90 mil cabeças de gado dentro da reserva. Acontece que o arrendatário não diz que tem 500, mas que tem 50, quando ele tem 2 mil ou 3 mil até.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Isso é normal no Brasil.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Estou respondendo pela norma.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Pergunto: pelo levantamento existente no SPI, o cidadão faz contrato, o cidadão declara pagar o número de cabeças tal. Por isso quero saber. O senhor disse que



as administrações anteriores receberam 50 milhões. Esses 50 milhões são calculados sobre determinada quantia.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Há um fato a mencionar. Por incrível que pareça, na nossa reserva, nos nossos pastos de criação, o gado daquela região é diferente do gado de todo o Brasil. A tendência do nosso gado é diminuir. Enquanto um fazendeiro com 3 mil cabeças de gado produz, o do SPI se acaba.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - É uma verdade. Na Amazônia, as 20 mil cabeças estão reduzidas a 2 mil e poucas.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Existem X arrendatários regularmente pagando sua renda. Essas rendas foram recebidas pelos anteriores e também pelo senhor. É claro que, quando começou a administrar a Reserva, V.Sª fez um cálculo do que iria receber, não pelo existente só no campo, mas pelo existente nos arquivos do próprio SPI.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - É muito fácil. Pelos contratos temos a base exata, uns com 400 reses, outros com 800 e, se não me engano, um ou dois com 1 200 reses. Na época, nomei e fiz o cálculo.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Deu quanto?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não sei de cabeça. Mais ou menos 500.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Calculou receber quanto? E só recebeu 6.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Recebi o fim, porque a safra já tinha
nha sido feita. Recebi dos retardatários o pagamento.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Exatamente isso é que que-
ro. Porque eu disse que a renda, aquela suposta, é de 48 milhões de cru-
zeiros.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - V.Ex^a foi benevolente. Vai a mais.
Calculo que vá a mais de 50 milhões. Já declarei isso à Comissão.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Pelos contratos existen-
tes e pelos contratos de fato, reconhecidos pelo Serviço.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Por aqueles que estão dentro da
Reserva. Se formos computar o declarado na Associação dos Criadores
e Associação Pecuária, vai a 90 mil cabeças de gado, dentro da Reser-
va. Acontece que eles pagam na base talvez de 30 mil.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Os arrendatários, até cer-
to ponto, têm razão, porque, se eles pagam 1/3 do que deviam pagar e
êsse terço é dilapidado, como pagar os 3/3?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Se o SPI tem essa falha, os senho-
res arrendatários também têm grandes falhas.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Estamos apurando a respon-
sabilidade do nosso Serviço.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Eu também, procuro também chamar
a atenção para a responsabilidade dos que se encontram dentro da Reser-

va, porque nosso Serviço está sendo examinado, está sendo feita uma radiografia do Serviço e, como tal, deve aparecer tudo; deve aparecer também que dentro de nossa Reserva se escondem elementos da pior espécie, inclusive na aldeia, como V.Exª sabe perfeitamente. Existem lá criminosos, existem egressos de penitenciárias, existem criminosos paraguaios.

O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Essa declaração, Sr. Presidente, eu pediria a V.Exª que anotasse. Realmente, isso que o depoente acaba de declarar é um fato triste para o SPI.

O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não para o SPI, mas para as autoridades policiais do sul de Mato Grosso a quem temos nos dirigido e não têm tomado providências. Inclusive pus à disposição da autoridade policial do sul de Mato Grosso condução e homens para ser feita uma batida na região.

O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Dentre esses 80 homens existentes na Reserva dos caduêus, V.Sª confirma e listarem também egressos de penitenciárias, pessoas que não são índios nem tem origem indígena.

O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Inclusive há arrendamentos feitos a crianças de oito anos de idade. V.Exª quer saber melhor?

O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Pergunto entre os habitantes da Reserva, não os arrendatários.

O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Atinjo a todos.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Vamos por partes. Quero saber: entre os índios, ou tidos como tais, há egressos de penitenciárias, há conhecidos criminosos?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Há inclusive arrendatários que são criminosos condenados e estão dentro da Reserva. V.Exª quer focalizar tão somente a ação dos índios, mas quero focalizar também a ação dos arrendatários. Quero tornar bem ampla esta parte. Há arrendatários criminosos e condenados pela Justiça. Há elementos dessa natureza entre os índios e entre os arrendatários.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Sei que existem. E o SPI faz muito mal e arrendar-lhes as terras.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Nenhum dos es arrendatários tem contrato. São aqueles sem contrato.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - V.Sª pode indicar os nomes?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Posso, inclusive o primeiro, que respondia por crime de morte e que foi morto, era criminoso.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Há outros que estejam vivos?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - O Sr. Vieira Branco, cujo apelido não recordo - É carmelinho, ou qualquer coisa assim. Temos esse dentro da Reserva. Na época, me comprometi com o Deputado Edson Garcia Brito



-- e quero que V. Ex^a confirme o que vou dizer -- a entregar à Justiça todos aqueles que praticaram violências. A Inspetoria responsabilizou-se a entregá-los à Justiça.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - V. S^a não pode nem precisar os nomes?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Estou falando dos índios.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Mas os arrendatários que não têm contrato e são criminosos e estão lá?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não os conheço a todos.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Mas V. S^a esteve durante sete meses à frente do Serviço.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Se V. Ex^a conhece a região pode ver e que nem em três anos se pode conhecê-la.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - V. S^a cita fatos e não diz os nomes?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não posso precisar, porque não os tenho de memória.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES - Então está acusando a esmo junto à Comissão.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - O Sr. Vieira Branco, Primitivo Couto e paraguaios numa quantidade enorme. Tenho documentos com nomes e tudo, mas estou de passagem por Brasília...



O SR. DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Então V.ª nos mande em caráter reservado à Presidência o nome de todos os arrendatários que não têm contrato e que têm crimes.

O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Daqueles que conheço, porque dentro da Reserva é quase impossível uma pessoa precisar tudo.

O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Entre os índios há elementos que não são índios e que vivem até em concubinato, no meio dos índios, exercem influência sobre os índios, vivem inclusive nas malocas ou nas suas habitações, dirigem os passos dos índios, comandam os índios nos assaltos que eles praticam. Entre esses índios existem criminosos, desordeiros, pessoas que não têm família, que não têm bens, não têm coisa alguma e vivem em comum com os índios, sob os olhos complacentes da direção do SPI.

O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Peço a V.ª Ex.ª que se refira à Inspetoria, porque o Chefe da Inspetoria é o responsável direto, porque está em contato direto com os índios. Quanto a essas pessoas a que V.ª Ex.ª se refere, pedi uma relação delas e faria entrega à Justiça. Conversei com V.ª Ex.ª na época a respeito, em Campo Grande.

O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Pergunto: V.ª S.ª confirma o que me disse, isto é, que realmente sabe da existência dessas pessoas?

O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não tenho a menor dúvida. Existem.

O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Veja V.ª Ex.ª, Sr. Presi-

te; nesses fatos já referidos, dos assaltos havidos ou dos choques com posseiros da região vizinha...

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não posseiros; invasores.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - V.Sª chama invasores, eu chamo posseiros.

... do qual resultou a morte desse menino Primitivo do Couto, esses índios foram comandados por essas pessoas, que falam corretamente, corretamente o português e que dirigiam os passos dos índios no assalto a essa propriedade vizinha, de que resultou a morte desse Primitivo do Couto. Inclusive V.Sª sabe de fazendeiros residentes bem longe da Reserva, no alto da serra, como é o caso daquele... ..

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Vê V.Exª como é difícil gravar os nomes? V.Exª conhece e não sabe o nome.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Como é o nome?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não me recordo. O nobre Deputado tinha conhecimento, porque reside em Aguidauana, é filho da região e conhece muito melhor a região do que eu. Eu estava numa Inspeção com sete postos para percorrer. Acredito que o nome seja Olívio Couto, da pessoa a quem V.Exª se refere.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Esse é o fazendeiro. V.Sª sabe que é o fazendeiro que teve sua fazenda ameaçada, mandaram avisá-lo que iam cercar a fazenda no dia aprazado. Ele retirou seu gado, sua fa-

zenda,, foi à sede da Polícia Militar do Estado para pedir garantias, e a Polícia, tomando conhecimento do fato, mandou que soldados fôssem para lá...

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Quem forneceu o avião, a condução à Polícia fui eu. Tomei tôdas as providências exigidas na lei.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Agora, quero exatamenteesclarecer com o senhor depoente a segunda parte, justamente a desse assalto dos índios aos fazendeiros vizinhos, que o senhor Fernandes chama de invasores. Existe uma demanda judicial entre os proprietários do Condomínio do Nabileque e a Reserva dos índios Cadiuêus do SPI, disputas judiciais de limites, fixando a divisa do Condomínio do Nabileque e da Reserva, cujos domínios são nesses limites que se supõem...

O sr josé fernandes cruz - Acredito que haja essa disputa judicial.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Não estou dando informação, estou indagando sobre um ponto. Essa disputa judicial existe? Vi nas mãos de V.Sª uma representação do SPI pra o Tribunal, sobre êsses limites, fixando êsses limites.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - V.Exª está equivocado. Não foi isso. V.Exª viu em minhas mãos uma ação que propus na Comarca de Porto Mortim, para anulação...

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Isso é outra coisa.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Os limites estão no acórdão do Supremo Tribunal Federal.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Refiro-me aos limites das terras dos índios cadiueús, o título do antigo Condomínio Nabileque.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - É bem posterior.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - O título é posterior ao título da Reserva.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Eu queria pedir a V.Exª que me apontasse as irregularidades do Serviço, porque não estou capacitado a responder sobre esse assunto de terras.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Estou pedindo a sua colaboração. Existem dois tipos de terra: o da Reserva, de 1903, e o do Condomínio do Nabileque, de 1914.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Aliás, V.Exª sabe tanto quanto eu.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Mas a Comissão não sabe, ilustre depoente.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - V.Exª sabe tanto quanto eu que esta questão de terras em Mato Grosso é bem complexa. Aliás, quero nesta oportunidade dizer a Comissão que V.Exª foi um dos que muito se interessaram pela questão das terras dos índios cadiueús. Se há esse problema do Condomínio Nabileque e da Reserva dos índios cadiueús, acredito que a Justiça se fará sentir, dando o direito a quem tem. Eu dis-

se a V.Exª das vêzes em que o procurei: que eu faria todo o possível para uma solução honesta e criteriosa, não criando nenhum embaraço à ação da medição.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - É justamente por isso que quero ser honesto com V.Exª e quero que V.Sª o seja comigo.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Com todo o prazer.

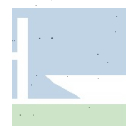
O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Quero que V.Sª explique à comissão que realmente existe essa disputa entre os condôminos do Nabileque e o SPI, numa questão delimites em determinada área cujos títulos se superpõem.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - V.Exª está me fazendo uma pergunta bastante difícil de responder. Reconhecendo que existe essa disputa entre o Condomínio Nabileque e o SPI, estou dando a argumentação para que V.Exª me venha dizer que é legal a invasão das terras.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Mas há essa disputa.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Se há contestação, deve ser, não contra o SPI, mas contra o Supremo Tribunal Federal. Não conheço o caso, sei dele por ouvir de V.Exª essa declaração. Não tive nenhum documento em minhas mãos. Aliás, tive um mapa que eu fiz do Condomínio Nabileque, e que é a única coisa de que tive ciência.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - É a representação que o SPI fez ao Supremo Tribunal Federal...



O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Eu não era o chefe da Inspetoria.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Sei disso, mas estou apelando para fatos. Houve uma representação.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Houve.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - E ela falava desses limites.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não conheço o texto dessa representação.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Havia - insisto.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Apenas sei que o Supremo Tribunal Federal deu os limites para a Reserva.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Esses limites ^{falam} ~~xxxxxx~~ no rio Niutaca?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Falam.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - E o ~~Supremo Tribunal Federal~~ SPI, através do General Horta Barbosa, diz: nasce num determinado lugar... Porque para o SPI nasce num determinado lugar.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - E para o Condomínio do Nabileque nasce em outro.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Isso existe?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - V. Ex^a me mostrou o mapa.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Existe essa situação?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - No mapa que eu vi...

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Diga se os condôminos do Nabileque argumentam assim.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - V.Exª está bem a par dessa parte, porque inclusive foi advogado dessa firma. Não estou a par.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Certo.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Sei dizer a V.Exª que na medição existente, que dizer, na demarcação está: Serra do Bodoquema, Niutaca, Nabileque, Aquidauana e Paraguai. Não sei onde nasce o rio. Deve nascer na Serra do Bodoquema.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Esse Valtes dos Santos, que tinha uma posse e cuja casa foi queimada, pagava arrendamento?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Que alegava ele para não pagar?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Alegava que a posse havia sido dada pelo Sr. Manuel Aureliano da Costa para ocupar a terra no prazo de seis anos e depois devolvê-la ao proprietário.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Que alegava Manoel Aureliano da Costa para não pagar esse arrendamento?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Alegava que era dele.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Por força de título?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Eu alegava que era do Serviço, por força de um acórdão do Supremo Tribunal Federal.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - E ele alegava que era dele?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Sim. Aliás, procurei-o duas vezes na residência e tenho dele a melhor das impressões. Acredito que, se eu tivesse conhecimento, na época, de que havia essas pessoas residindo dentro da Reserva, e conhecendo as pessoas, como conheci o Sr. Walter dos Santos, talvez eu tivesse evitado isso. V.Exª deve compreender que essa área ocupada é a área mais importante da Reserva, é a mais rica, onde estão localizadas as matas e as reservas de caça.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Que alegavam os índios para fazer os assaltos?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Alegavam que a terra era deles;

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Essas pessoas tinham as terras há muito tempo?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Quando cheguei lá já ocupavam as terras. Inclusive um índio que foi lá tratar desse assunto e que na minha gestão foi até espancado e tem um defeito na mão, proveniente de uma surra...

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Antes da sua gestão?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Sim.



O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - E eles resolveram fazer a revanche, já no fim?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Resolveram isso desde o momento em que eu, com a obrigação de funcionário, fiz senti que a posse das terras da Reserva dos cadluéus havia sido assegurada a eles, como fiz ver a todos os índios em toda a região. Inc usive, obtive do ex-deputado Fernando Ribeiro facilidade para solução do problema daquelas terras do Lição Verde, e que havia grande disputa. Ele prometeu solucionar amigavelmente.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - É isso que nos faz descrever daquela boa intenção que V.Sª manifestou quando da sua ida para o Serviço. V.Sª fez duas afirmações hoje, anotadas pelo Sr. Presidente. A primeira é a do fornecimento das armas.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não posso negar. Jurei dizer a verdade.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Claro. V.Sª diz que a revanche que os índios tiveram contra dois posseiros ou invasores, seis meses depois de um fato acontecido antes de sua administração; que só foi tomada a revanche depois que V.Sª os cientificou de que as terras eram deles e que, portanto, tinham o direito de defendê-las. Era justamente isso que eles próprios, índios, declaravam quando chegaram a essa casa; declarações essas que foram prestadas pelas vítimas sobreviventes.

Os índios chegaram lá e declararam: "Os senhores têm de dar as terras, porque nosso chefe disse que elas são nossas, e que, se não defendermos o que é nosso, ele irá fazer isso por nós." E V.ª disse: que só resolveu cientificar dessa situação, depois que teve o acórdão do Supremo Tribunal Federal, dando aos índios o direito sobre essa faixa habitada por intrusos. Pergunto se, diante dessa situação, não ficaria melhor para a tranquilidade pública e para o próprio SPI, já que arrendava a terra de índios, resolver êsse i passe através de via judicial, e não ir dizer aos índios que estava no pleno direito de expulsar os invasores. Que tentendem índios de Supremo Tribunal Federal?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não foi dito isso. Que eles são donos das terras? Posso dizer a V.ª-xª que inclusive um ex-Ministro da República foi um dos que defenderam êsse ponto de vista. Esteve lá o ex-Ministro Darci Ribeiro e esclareceu bem o fato. Rogo a V.ª-xª que convide o ex-Ministro Darci Ribeiro a vir dizer aqui que os índios, já naquela época -- não só eles, as muitos outros -- sabiam que as terras pertenciam a eles. Acontece que, completamente desassistido e mesmo não acreditando nos propósitos do chefe da Inspetoria, que vem se arrastando de maneira dolorosa desde que saiu o Coronel Nicolau Horta Barbosa, eles não acreditavam mais. Se eu tivesse tido oportunidade de mais vezes estar com eles, não teriam ocorrido êsses fatos. V.ª-xª sabe que de Campo Grande à Serra da Bodoquema um avião cobra Cr\$35.000,00. É uma

viagem dispendiosa. Fui lá umas oito vezes. Gastei mais de seiscentos contos de avião para ir lá contornar a situação. Eu não poderia estar lá permanentemente.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - V.Sª há de convir em que êsses assatos feitos aos fazendeiros das redondezas tiveram origem depois de a direção do SPI procurar reconquistar limites perdidos para invasores -- para usar a palavra do depoente -- Segredou aos índios que cabia a êles tomar providências, já que é ^{ir} responsável e ninguém os levará à cadeia pelo fato.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - O índio é responsável quando pratica crime de morte. Isso prevaleceu, se não é engano, até três anos atrás. Agora, êle responde criminalmente pelos crimes que pratica.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Depois que o SPI resolveu cientificar os índios de que cabia a êles tomar as providências para expulsar os invasores...

PRESIDENTE

O SR ~~JOSÉ FERNANDES CRUZ~~ - Aliás, o diretor declarou aqui, e hoje numa entrevista que concedeu ao Correio Braziliense, que acha que o índio é autosuficiente e autodirigível, tese esta que, então, daria margem ao SPI não existir. Se êle, por si próprio, pode agir, ir e vir e pensar, resolver seus problemas, o SPI é um órgão obsoleto.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Enquanto isso se dá, com relação aos vizinhos ou aos possuidores de terras de limites duvidosos,

por outro lado, arrenda o SPI quase toda a reserva, numa demonstração de que realmente não precisa das terras para que os índios possam viver livremente. Isto é que causa espécie. Isso põe em pânico -- não êsses vizinhos, que são poucos, são três, quatro ou cinco -- os arrendatários. Porque índio não sabe discernir entre invasor e arrendatário, entre o que paga e o que não paga. Para êle, é a mesma coisa, todos estão na sua terra.

O SR. DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente -- Mesmo porque o índio não recebe o benefício dêsse pagamento. Está provado pelo próprio depoente que o dinheiro não foi escriturado, nem encontrado, nem transformado em utilidades necessárias ao índio.

O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO -- Êle há de supor que também são invasores.

O SR. DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente -- Se o dinheiro foi transformado em benefícios aos próprios funcionários -- o depoente declarou que quase todos os serventuários do SPI estão bem de vida -- logo, tanto faz ao índio ser arrendatária, pagar ou não pagar. É a mesma coisa.

O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO -- Essa situação botou em pânico os arrendatários. Êsse pânico aumentou, desde o tempo em que a Inspetoria chamou a si o direito de municiar os índios ou de armá-los. Essas armas seriam contra os invasores ou contra os arrendatários? É a pergunta.

O SR. DEPUTADO VALÉRIO MACALHÃES, Presidente - Resta saber do depoente se o diretor do SPI esteve de acordo com essa providência de armar os índios. Que sabe o depoente a respeito?

O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Absolutamente; fiz sob minha inteira responsabilidade.

O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Diante do fato, tem V.Sa conhecimento de que os arrendatários se armaram?

O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Tenho, inclusive, de que V.Exa solicitou tropa. Eu estava procurando responder, sem levar esse assunto no sentido das paixões. Mas sou forçado a dar maiores esclarecimentos. V.Exa inclusive sabe que armaram muitos homens em Aquidauana para invadir a Reserva. Foram dramáticos os apelos que fiz, pelo rádio, ao Delegado de Polícia de Campo Grande, para que não invadissem a Reserva.

O SR. DEPUTADO VALÉRIO MACALHÃES, Presidente - Depois de terem os índios sido armados?

O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Antes, muito antes. Que poderia eu fazer com 100 ou 50 homens armados entrando na Reserva? As armas que têm ainda datam da Comissão Rondon.

O SR. DEPUTADO VALÉRIO MACALHÃES, Presidente - Não foram as novas armas fornecidas por V.Sa?

O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Foram; depois que o Deputado Edson solicitou e que os ânimos estavam mais calmos e não havia violências,

foram tôdas recolhidas.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Que eu solicitei?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - V. Ex^a teve oportunidade de dizer na Inspetoria que eu era responsável por ter armados os índios, e eu disse a V. Ex^a que, embora me custasse perder o emprêgo, eu cumpria a obrigação de defender a integridade do índio e que iria mesmo para ser massacrado junto com êle. Disse a V. Ex^a e repito: o que me atingir me atingirá consciênte, porque sou obrigado a defendê-los.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Eu lhe disse isso? Quantos dias depois do assalto?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não houve assalto.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Mas as casas queimadas.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Sinto-me constrangido, porque V. Ex^a tem ilustração bastante, tem cultura bastante para me interrogar e eu não estou à altura de travar com V. Ex^a um diálogo dessa natureza. Tudo que faço, como funcionário do Serviço, é apenas na defesa do índio. Não posso discutir problemas de Justiça com relação a terras. Não posso discutir problemas dessa natureza. Apenas digo que as pessoas que se localizaram naquela área são invasores. Este é o meu ponto de vista.

O SR DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente - O que o SPI até hoje não fez foi legalizar ou tirar os invasores.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Perdoe-me V. Ex^a. Foram chamados à

Inspetoria para encontrar os uma fórmula.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Se até aqui em Brasília se despejam deputados, como não despejar lá invasores?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Como?

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Pela lei.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - V. Ex^a compreende o que representa o poder da pecuária no sul do Mato Grosso? V. Ex^a não pode nem imaginar.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Acho que perante a lei não há poder. Só há a lei.

O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Eu gostaria de esclarecer a Comissão, para que ela se capacitasse do alcance dessas medidas. Eu já disse que duas posses foram queimadas, duas apenas. Numa delas foi morto um fazendeiro que lá se encontrava e que era seu primitivo dono. Na outra, as pessoas que lá se encontravam foram despejadas. Esses fatos mobilizou toda a polícia do sul do Estado, inclusive o Exército Nacional, já que foi solicitada pelo Inspetor a cobertura do Exército para salvaguarda da vida dos índios. Nesses dois ou três dias, logo depois desses dois fatos. Mas o que causou apreensão foi justamente o fato de que toda a investida, todo o preparo era feito, não no sentido de expulsar esses dois invasores, mas o índio, assim instruído, assou a atentar contra todo esse número de cento e tantos arrendatários.

rios dos quais o SPI recebia renda. Porque o arrendatário não podia esperar que o índio distinguisse entre invasor e arrendatário. Então, os arrendatários se armaram, diante do que podia acontecer, já que duas casas tinham sido incendiadas. Ainda mais que o índio havia sido rearmado pela Inspetoria. Acredito que o Inspetor, quando armou os índios, o tivesse feito no intuito de defensiva contra uma possível revanche dos arrendatários. Mas o que não se pode negar é que os arrendatários tiveram razão de se pôr em pânico, diante da orientação que o SPI dava aos índios irresponsáveis. Foi um Deus nos acusa em Campo Grande! O Exército foi chamado, o Senador Filinto Müller foi chamado, a Associação Rural de Campo Grande, que até então não tinha tomado parte ativa no momento, se mobilizou. A reunião na sede da Associação Rural foi coisa construtiva. Todos os fazendeiros, não contra o índio, mas diante da própria situação que se criava, quando o próprio SPI armava os índios, ficaram em pânico. Era as explicações que eu queria que V.Sa prestasse à Comissão.

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Com relação a essa movimentada assembléia da Associação dos Pecuáristas, nada mais é do que o desejo ardente de que se processe, dentro da Reserva dos índios cadiués, a reforma agrária. Este é o desejo. Então, quando da reunião estabelecida pelo General Hugo Alvim, quando os arrendatários foram levar conhecimento do fato ao Comandante da Região, no momento em que foi marcada

a reunião, não compareceu um só arrendatário. O representante dos arrendatários foi um médico, se não me engano, que acabava de ser eleito Vice-Presidente da Associação. Nessa ocasião, foi solicitado ao General que determinasse o desarmamento dos índios. Ele respondeu que determinaria o desarmamento, desde que fossem também desarmados os arrendatários. Encominei à 9a. Região Militar fuzis de guerra novos, munição, balas de metralhadora inclusive, dos senhores arrendatários, que foram apreendidos.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Também dos índios foram recolhidas?

O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Todas encaminhadas ao Comando da Região.

O SR DEPUTADO VALERIO MAGALHÃES - Suspendo aqui o depoimento para atender a uma outra reunião do PSD. Voltaremos a ele amanhã, às 10 horas da manhã.

Encerro e levanto esta sessão.
